

OS EFEITOS DA PROVA BRASIL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TERESINA

Isana Cristina dos Santos Lima
UFPI (isanacristina@hotmail.com)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da pesquisa que tem como objetivo geral analisar os efeitos da Prova Brasil nas escolas municipais de Teresina. Primeiramente, realizamos um estudo teórico sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica e a função diagnóstica da avaliação aplicada a Prova Brasil (instrumento de avaliação do SAEB). Em seguida foi realizada uma pesquisa empírica de natureza qualitativa, que envolveu gestores e professores do 5º ano de escolas públicas do município de Teresina-PI que tenham participado dos ciclos avaliativos que ocorreram nos anos de 2007 e 2009. Após a análise dos resultados foi possível constatar efeitos positivos da Prova Brasil nas escolas pesquisadas. Tais efeitos foram evidenciados pela conscientização da importância da avaliação externa nas escolas, realização de ações que buscam a qualidade do ensino, da prática docente, da infra-estrutura da escola e, conseqüentemente, na melhoria do desempenho de seus alunos.

Palavras-Chave: Avaliação. Desempenho. Qualidade de ensino.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da educação brasileira desenvolvida em larga escala pelo Ministério da Educação nos diversos níveis de ensino, sobretudo, no Ensino Fundamental tem como objetivo oferecer subsídios para o monitoramento das políticas públicas e, conseqüentemente, reformas na educação (INEP, 2008). Pode-se afirmar que esta modalidade de avaliação pretende diagnosticar as condições de ensino e aprendizagem, com vistas à definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação no País, bem como reduzir as desigualdades existentes. O resultado desta sistemática de avaliação é revestido em recursos financeiros e técnicos direcionados às escolas participantes.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de acordo com Castro (1999, p. 30) consiste em, “avaliar a efetividade dos sistemas de ensino, com enfoque na qualidade, eficiência e equidade”. Ou seja, as avaliações do SAEB produzem informações a respeito da realidade educacional brasileira e, especificamente, por

regiões, redes de ensino público e privado nos Estados e no Distrito Federal, por meio de exame de proficiência.

As razões que motivaram o interesse em pesquisar esta temática foram: a) estudos realizados durante as aulas da disciplina Avaliação Educacional ministrada no VI período do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao estudar o SAEB e, por extensão, a Prova Brasil como instrumento de avaliação externa do desempenho do Ensino Fundamental, especificamente nos anos iniciais, considerando que os egressos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí atuarão nesta modalidade de ensino; b) a carência de estudos realizados sobre esta modalidade de avaliação e seus resultados no Estado do Piauí.

Portanto, objetivou-se com esta pesquisa avaliar os efeitos dos resultados da Prova Brasil nas escolas municipais de Teresina. Em outras palavras, procurar saber se estes resultados estimulam os gestores e professores a otimizar ou aperfeiçoar ações que proporcionem a melhoria da educação neste nível de ensino, tendo como referência os ciclos mais recentes desse sistema de avaliação, que ocorreram nos anos de 2007 e 2009.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa foi desenvolvido o estudo bibliográfico que teve como finalidade fundamentar as ações naturalmente desenvolvidas no cotidiano da escola, bem como a compreensão das respostas dos sujeitos entrevistados. Para Marconi e Lakatos (1986, p. 57): “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema de estudo”. Quer dizer, a pesquisa bibliográfica é a base para qualquer outra pesquisa e a mesma compreende a consulta de livros, monografias, artigos de periódicos, entre outras fontes. Em relação a pesquisa empírica, classifica-se de natureza qualitativa (CHIZZOTT, 1991). No seu desenvolvimento os procedimentos adotados consistiram em uma entrevista semi-estruturada com quatro gestores e sete professores de escolas públicas do município de Teresina no estado do Piauí em que as perguntas foram pré-estabelecidas e apresentadas por meio de um roteiro de questões elaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa realizada e para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (1977).

3 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A avaliação da Educação Básica desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) objetiva definir ações direcionadas para o aprimoramento da qualidade da educação no país e, ainda, reduzir as desigualdades existentes por reformas educacionais. Dessa forma, o Estado destina recursos financeiros e técnicos para escolas que possuem sistemas de ensino deficientes. Norteia caminhos na busca da melhoria da educação e um sistema de ensino democrático.

A operacionalização do sistema nacional de avaliação está previsto na Constituição Federal de 1988, preconizado no artigo 6º - “refere-se que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No âmbito educacional, de acordo com o art. 209 (Brasil, 1988) a avaliação educacional está associada à qualidade da educação e essa avaliação parte do poder público, isto é, do Estado.

Esta avaliação acontece a cada dois anos a partir de 1990, mas vale ressaltar que o ciclo do SAEB que deveria ocorrer no ano de 1992 foi reprogramado para o ano seguinte, por problemas financeiros. Em 1993, houve a divulgação do Plano Decenal de Educação para Todos. Este plano previa uma série de ações objetivando a melhoria da educação no país, o mesmo encaminhava-se para a aplicação e o desenvolvimento da avaliação da educação básica com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de 1º grau e, conseqüentemente, prover informações para a avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.

Em 1995 ocorreram mudanças significativas, dentre elas houve a inclusão da rede particular de ensino e o nível de ensino médio em sua amostragem e, ainda, foram inclusos nesse sistema de avaliação o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), foram avaliadas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, optou-se por avaliar as séries conclusivas, ou seja, a 4ª e a 8ª série do ensino fundamental e pela 3ª série do ensino médio. Outra alteração foi o uso da Teoria de Resposta ao Item e das Escalas de Proficiência que permitiu a comparação no tempo entre as diferentes séries.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu art. 9, potencializa o papel do País no tocante a sua função de regulação e controle, ao estabelecer que “cabe a União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os

sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino”. Com a aprovação desta lei, tornou-se obrigatória a avaliação e os Estados e municípios, desde então, têm de participar do Sistema Nacional de Avaliação.

No ciclo de 1997 foram introduzidas as “Matrizes de Referência” que consiste em um documento onde estão descritas as orientações para a elaboração dos itens da prova utilizados para avaliar o desempenho do aluno nas diferentes disciplinas. O SAEB, neste ciclo tinha por objetivo, segundo Pestana (apud FRANCO; BONAMINO, 1999, p. 11): “gerar e organizar informações sobre a qualidade, a equidade e a eficiência da educação nacional, de forma a permitir o monitoramento das políticas brasileiras”. A amostra era obtida através de um sorteio dos municípios e a partir desses municípios sorteados, sorteavam-se as escolas que iriam participar das provas.

No ano de 1999, houve uma inovação na sua metodologia de amostra, através da utilização da técnica de Números Aleatórios Permanentes que prevê a repetição de certa quantidade de escolas, mas não faz escolhas específicas. Quanto a amostra, diferentemente do ciclo anterior, as escolas são sorteadas diretamente.

No ciclo de 2001, as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa passaram a ser as únicas avaliadas. Foi a partir deste ciclo que foram incluídas as questões relativas às características sócio-econômicas e culturais sobre os alunos e a divulgação dos resultados da avaliação foram divulgadas em relatórios técnicos.

Em 2003 foram incluídas nos questionários variáveis que possibilitaram coletar dados sobre violência nas escolas, sobre o trabalho infantil, sobre os beneficiários do programa Bolsa-Família e sobre a subjetividade do professor, isto é, informações contextuais sobre aqueles aspectos que podem interferir ou não na aprendizagem dos alunos.

Pode-se compreender com base no que foi exposto que a escola deve ser o local de promoção a equidade, inclusão social e econômica do cidadão. Abicalil (2004, p. 21), reforça a idéia apresentada quando diz que:

Quaisquer processos avaliativos possuem uma finalidade. De acordo com a instituição que os realiza, com os parâmetros que estabelece, com os objetivos e as metas a que se referem e com os atores que deles participam pode-se inferir alguma finalidade, dentre as quais se situam: a certificação, a comparação, a seleção/classificação/progressão, a diagnóstico, o controle.

Do ponto de vista estrutural o SAEB é composto por dois processos, conforme a Portaria nº. 931, de 21 de março de 2005: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). (INEP, 2008). A primeira é realizada por amostragens das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação, tendo como foco as gestões dos sistemas educacionais. A avaliação seguinte é mais extensa e detalhada, tendo foco em cada unidade escolar. O responsável por esse instrumento de avaliação é o Ministério da Educação por meio da avaliação da Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A Prova Brasil emergiu em 2005 devido a necessidade de uma avaliação mais detalhada. Esta prova avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, é censitária, oferecendo resultados de cada escola participante, em que parte das escolas que participaram desta prova ajudou a construir os resultados do SAEB.

Em 2007 houve a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi desenvolvido pelo INEP em que é realizada a combinação das informações do desempenho obtido pelos estudantes em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) com as informações do rendimento escolar (taxas de aprovação). O IDEB tem por objetivo detectar as escolas e/ou as redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* em termos de rendimento e proficiência e, ainda, monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino. Vale ressaltar que em 2007 todos fizeram uma única prova e as redes que participaram da Prova Brasil ficaram cientes de que as médias de desempenho alcançadas por elas compõem o IDEB.

Atualmente sua metodologia consiste na aplicação de testes padronizados (Prova Brasil) para pelo menos 20 alunos de 5º e 9º ano sobre Matemática com foco na resolução de problemas e Língua Portuguesa com foco em leitura. São também aplicados testes do próprio SAEB Para uma faixa de 10 a 19 alunos de 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio de forma amostral. A Prova Brasil é composta de 26 questões de matemática e língua portuguesa. Vale lembrar que de acordo com a ordem lógica do processo de operacionalização da avaliação da educação básica, a próxima aplicação da Prova Brasil será realizada em 2011.

4 FUNÇÃO DIAGNÓSTICA DA AVALIAÇÃO APLICADA À PROVA BRASIL

Há na literatura sobre avaliação do desempenho escolar o registro de três funções básicas utilizadas: a) diagnóstica; b) formativa; c) somativa. Seus objetivos se modificam de acordo com o momento de aplicação. A função diagnóstica geralmente ocorre no início do processo ensino-aprendizagem, a formativa que acontece durante o processo e a somativa que se efetiva no final, tendo em vista classificar os alunos. Considerando o objeto de estudo desta pesquisa a ênfase volta-se para a função diagnóstica da avaliação.

A avaliação com função diagnóstica acontece no início do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar o nível de aproveitamento do aluno, possibilitando o professor fazer o acompanhamento das capacidades do mesmo. Em outras palavras, analisa o aluno como produtor. Funciona como uma sondagem e não possui um caráter classificatório. Ou seja, ela não tem como objetivo aprovar ou reprovar o aluno. Vejamos as concepções desta função de acordo com alguns autores.

A avaliação diagnóstica para Haydt (1995, p. 16):

[...] é aquela realizada no início do curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens.

Para a autora, a presente função é necessária para que se identifiquem possíveis causas de problemas de aprendizagem para em seguida procurar maneiras de minimizá-los. Os professores com esta avaliação podem detectar as dificuldades específicas de seus alunos. Assim, é importante compreender que essa avaliação no contexto escolar não ocorre necessariamente no início no ano letivo, mas o professor pode fazê-la, no início de um semestre ou ao iniciar um novo conteúdo em sala de aula. Nesta ótica, Bloom et al. (1983, p. 98) enfatiza que:

A avaliação diagnóstica, efetuada enquanto a instrução se encontra em andamento, tem como função principal determinar as circunstâncias ou causas subjacentes a repetidas deficiências da aprendizagem, que não responderam às formas comuns de ensino remediativo.

A concepção de função diagnóstica de avaliação para este autor é semelhante ao que vem sendo discutido até agora, isto é, permite localizar as causas de problemas na

aprendizagem e, ainda, ressalta que nem sempre estão ligadas aos métodos e materiais de ensino, mas pode resultar de distúrbios de aprendizagem.

Outro autor que discuti a avaliação diagnóstica é Libâneo (1994), o mesmo compreende que esta avaliação permite identificar os progressos e as dificuldades dos alunos, determinada modificações na forma de ensinar visando melhorias. Verifica as condições prévias dos alunos, ocorre no início do processo de ensino aprendizagem ou durante o processo.

Luckesi (2008, p. 81) esclarece: “a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação”. Isso significa que a partir dessa avaliação o professor pode definir encaminhamentos adequados para a aprendizagem de seus alunos.

Viu-se até então a função diagnóstica no contexto da sala de aula. Ou seja, a avaliação aplicada pelo professor para verificar a situação dos alunos, mas pode-se ver que a avaliação com a função de diagnóstico também ocorre no contexto da avaliação externa em larga escala. Um exemplo disso são as avaliações como o SAEB que já foi discutido anteriormente que é uma avaliação amostral em larga escala, organizada para acontecer em ciclos a cada dois anos, mas desde 2007 suas provas e a Prova Brasil que foi instituída em 2005, foram unificadas e com base nas informações geradas por meio dessas provas, o MEC e as Secretarias de Educação, tanto estaduais quanto municipais podem e devem definir políticas voltadas para a melhoria da qualidade de ensino. O MEC e o INEP definem a Prova Brasil como uma avaliação diagnóstica, isto é, sua função é diagnosticar o desempenho dos alunos de Ensino Fundamental, bem como o trabalho desenvolvido pelos professores e gestores das escolas. Isso não significa que com base nos resultados obtidos por essa avaliação as Secretarias de Educação não desenvolva trabalhos para melhorar a educação. É importante a parceria do MEC com as Secretarias de Educação e com as escolas para que haja condições favoráveis para um ensino de qualidade.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Tendo em vista o atingir o objetivo da pesquisa procurou-se saber se os resultados da Prova Brasil estimularam os gestores e professores a otimizar ou aperfeiçoar ações que proporcionassem a melhoria da educação neste nível de ensino. Com base nas entrevistas realizadas nas escolas, estruturou-se as categorias de análise,

emergidas das respostas dos sujeitos entrevistados. O resultado deste processo gerou as três categorias de análise e quatro subcategorias: Avaliação Externa; Efeitos dos Resultados na Gestão Escolar; As mudanças significativas na escola após a Prova Brasil (Planejamento, Metodologia de ensino, Formação de professores, Aprendizagem dos alunos).

A categoria de análise denominada “Avaliação Externa”, foi originada do questionamento: “Como você avalia a aplicação desse sistema de avaliação em sua escola?” (SAEB). Após as respostas pode-se perceber a importância atribuída pelos sujeitos da pesquisa sobre estas modalidades de avaliação como instrumento de regulação e monitoramento do processo de ensino-aprendizagem. A identificação desta categoria foi evidenciada nos discursos:

[...] é um instrumento valioso, porque ele vem medir tanto a nossa prática docente quanto a aprendizagem do aluno e como é um instrumento externo diferente do que a gente aplica, do que são aplicados aqui na escola. A Prova Brasil é um instrumento, como já falei valioso porque nos dar um norte de como o nosso trabalho está sendo realizado, de fazer refletir sobre esses resultados e avaliar o trabalho docente e o desempenho do aluno. (Professor 03)

A Prova Brasil tem sido um termômetro para medir e poder observar como anda a aprendizagem do aluno. Isso tem sido de muita valia, tem melhorado no professor e na escola como um todo, porque no momento em que a gente sabe que está avaliado a tendência da gente é melhorar. Então, toda essa política de avaliação que tem passado o Brasil na educação tem servido muito. Tenho 12 anos que trabalho na prefeitura e a gente percebe a diferença depois que as escolas começaram a ser avaliadas externamente. O planejamento do professor melhorou, a preocupação dele com a aprendizagem do aluno, se realmente os alunos aprenderam. Só tem trazido melhorias para a educação. (Professor 06)

De acordo com os posicionamentos explicitados pode-se afirmar que os professores reconhecem o valor da Prova Brasil como instrumento avaliativo associado ao SAEB e que seus propiciam efeitos modo de ver o trabalho desenvolvido em sala de aula. Ou, seja, com os resultados da prova externa faz uma auto-avaliação, passa a refletir sobre suas práticas. Outra influencia está relacionada ao desempenho dos alunos. Em outras palavras o processo ensino-aprendizagem. Considerando o grau de mobilização que este evento provoca no âmbito da escola e da família dos alunos, levando-os a refletir as práticas educacionais realizadas no cotidiano, vale lembrar que o para INEP os objetivos da Prova Brasil é auxiliar e comunidade escolar na implantação de ações pedagógicas e administrativas, para melhorar a qualidade da educação.

Ao perguntar se a escola recebeu algum recurso após a participação e o resultado da Prova Brasil de 2007 e, em caso positivo, quais foram, evidenciou-se o surgimento da segunda categoria de análise denominada “Efeitos dos Resultados na Gestão Escolar”. Os entrevistados manifestaram as seguintes opiniões:

Quando nós fizemos a Prova Brasil de 2007, nós tivemos um crescimento no IDEB, nós recebemos um aumento no PDDE de 50%. O PDDE é o programa dinheiro direto na escola. Então nós recebemos 50% a mais. (Gestor A)

[...] com base na Prova Brasil do ano de 2007 e a gente recebeu 10.000,00 reais por conta do ranque da escola... e o ranque da escola está ligado a esse resultado dessa avaliação. A gente vem sempre ganhando dinheiro. (Gestor C)

[...] um repasse de recurso da SEMEC, no Fundo Rotativo da Escola houve um aumento na escola, houve também a climatização das salas de aula que foi um dos prêmios que a escola ganhou na premiação do MEC, foi feito um orçamento para doze salas de aula. (Gestor D)

Ao analisar os discursos constata-se que todas as escolas ao aderir a Prova Brasil são beneficiadas com recursos financeiros e programas educativos com a finalidade de prover a melhoria da qualidade do ensino e da infra-estrutura da escola, conforme explicitado nos depoimentos acima transcritos.

De acordo com Oliveira e Araújo (2005, p.21):

pensar numa política de financiamento articulada à negociação de indicadores de qualidade configura-se numa espécie de contrato em que se define o que se espera das escolas e a forma de alcançar esses objetivos, a partir das variáveis sociopolíticas de cada sistema escolar e de cada escola, a fim de amenizar os históricos padrões de iniquidade e de ineficiência e, ao mesmo tempo, estabelecer padrões de qualidade de ensino que sirvam de medida de igualdade para a efetivação do direito à educação.

Torna-se evidente que as escolas ao aderir a Prova Brasil estão concordando com os objetivos desta avaliação em amenizar a ineficiência do ensino que historicamente faz parte do cenário educacional brasileiro.

A terceira categoria de análise “As mudanças significativas na escola após a Prova Brasil” emergiu do seguinte questionamento: “Que mudanças significativas ocorreram na escola por ter participado desse sistema de avaliação?”. Os entrevistados explicitaram as opiniões abaixo:

[...] Ficamos com um olhar diferente e planejamos melhor as atividades, porque a gente observa que habilidades são cobradas. Planejamos melhor a partir dessa avaliação que é feita. Além da organização do planejamento, a equipe pedagógica, se empenha mais nas atividades que além de serem bem elaboradas, são mais prazerosas também. (Gestor A)

Percebe-se que a participação da escola na avaliação influenciou na organização das atividades escolares, sobretudo, no planejamento. Com base no fragmento acima a Prova Brasil contribuiu para a um melhor desempenho da equipe pedagógica nas atividades escolares. Conforme Araújo (2005, p. 64): “para que as crianças sejam inseridas no mundo da leitura e da escrita, é necessário considerar aspectos pedagógicos e de gestão das escolas e dos sistemas de ensino”. Isso significa que a Prova Brasil proporciona um maior empenho da equipe escolar.

o professor mudou de postura porque ele viu que estava sendo avaliado (...) a gente já tem que mudar de postura, a metodologia. Essa questão das leituras, a metodologia mesmo de trabalho mudou demais. (Gestor B)

Evidencia-se com o discurso acima que a partir do momento que os alunos estão sendo avaliados, os professores buscam repensam seu modo de ensinar e modificam suas práticas para melhor desempenho de seus alunos nas avaliações seguintes. Sobre isso Libâneo (1994, p.197) declara: “A função de diagnóstico permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e a atuação dos professores que, por sua vez, determinam modificação do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos”. Desta forma, é importante que o professor mude de postura com base nos resultados da avaliação, objetivando melhorar o processo de ensino aprendizagem.

O índice de aprovação dos alunos tem melhorado, a própria postura do professor em sala de aula, o planejamento em si, o nível de aprendizagem dos alunos. (...) Então, são questões realmente de um nível bom que os alunos de escola pública não fica atrás de alunos de algumas escolas. (Gestor C)

De acordo com discurso deste entrevistado houve uma melhora no que diz respeito à aprendizagem dos alunos. Acredita-se que isso ocorre por conta Prova Brasil conduzir um trabalho dos professores com habilidades de referentes à compreensão de textos e resolução de problemas. Neste sentido, os alunos tornam-se capazes de atingir melhores índices nos ciclos seguintes dessa avaliação, bem como nas disciplinas escolares. Isso vai ao encontro das idéias de Araújo (2005, p. 65) que afirma: “A avaliação deve possuir um caráter diagnóstico, ser feita com regularidade, para

acompanhar metodicamente o desenvolvimento das habilidades pelos alunos e, ao mesmo tempo, corrigir o que for necessário para alcançar o mínimo suficiente ao final da etapa de alfabetização”. Portanto, faz-se necessário um acompanhamento periódico para que haja melhoria na aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se compreender de maneira mais aprofundada com esta pesquisa como funciona o Sistema de Avaliação da Educação Básica e, sobretudo, a Prova Brasil nas escolas públicas, principalmente das escolas municipais de Teresina – PI. Constatase que essa avaliação é bem vinda nas escolas e tem surtido efeitos positivos, tanto na gestão escolar, quanto no trabalho dos professores e, ainda, na aprendizagem dos alunos, pois todos se mobilizam em anos de aplicação desta avaliação.

Observa-se que esse sistema de avaliação desde sua criação em 1988 até os dias atuais passou por algumas transformações, na sua metodologia de aplicação, nos objetivos e na abrangência. Dentre elas instituiu-se a Prova Brasil tendo em vista aperfeiçoar a avaliação da educação básica.

A Prova Brasil tem influencia na prática docente à medida que os professores revêem o que está sendo feito e o que precisa melhorar em relação ao processo ensino-aprendizagem e tem efeitos positivos na aprendizagem dos alunos, pois os professores tomam conhecimento da situação dos alunos e passa a trabalhar de maneira que eles avancem nos estudos. Também proporciona mudanças significativas na gestão e organização escolar. Os professores e a equipe pedagógica tornam-se mais unidas, planejam, desenvolve atividades mais elaboradas com base nas provas e trabalham em nível mais elevado.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, C. A. Avaliação, direito e democracia. In: SILVA, A. M. M.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004. p. 11 – 27.

ARAÚJO, C. H. **Avaliação da Educação Básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: INEP, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLOOM, B. et al. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria n. 931, de 21 de março de 2005. Institui que Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 55, 22 mar. 2005.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se inter cruzam**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, M. H. G. de. **A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: INEP, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

HAYDT, R. **A avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Portal do INEP**. 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas em pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1986.

OLIVEIRA, R. P. de.; ARAÚJO, G. C. de. Qualidade de ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 28. p. 5-23, jan./fev./mar./abr. 2005.

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v.79, n.191, p.65-73, jan./abr. 1998.